



# Câmara Municipal de Ibitinga

Estado de São Paulo

PN 214

## PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº /2021

**Assunto:** Autoriza a criação e disciplina as Frentes Parlamentares no âmbito da Câmara Municipal da Estância Turística de Ibitinga.

(Projeto de Lei Resolução nº \_\_\_\_\_/2021, de autoria da Mesa Diretora da Câmara Municipal de Estância Turística de Ibitinga).

**Art. 1º** Fica autorizada a criação de Frentes Parlamentares no âmbito da Câmara Municipal da Estância Turística de Ibitinga, nos termos desta Resolução.

**§ 1º** A criação de Frentes Parlamentares no âmbito da Câmara Municipal da Estância Turística de Ibitinga far-se-á de acordo com os critérios estabelecidos nesta Resolução e mediante a adesão mínima de três (3) Vereadores.

**§ 2º** Para efeito do disposto nesta Resolução, considera-se Frente Parlamentar a associação de Vereadores, de caráter suprapartidário, destinado a promover, em conjunto com representantes da sociedade civil (associações, sindicatos, movimentos sociais e demais entidades da sociedade civil) e de órgãos públicos e afins, a discussão e o aprimoramento da legislação e de políticas públicas para o município da Estância Turística de Ibitinga, referente a temas de grande complexidade e interesse público.

**§ 3º** As Frentes Parlamentares, por sua natureza, possuem caráter político e temático, não se confundindo com as comissões permanentes e nem temporárias da Câmara Municipal da Estância Turística de Ibitinga, as quais são instituídas e formalizadas através de seu Regimento Interno.

**Art. 2º** As Frentes Parlamentares somente poderão ser criadas através de Resolução, cujo seu projeto deverá conter, obrigatoriamente:

- I – denominação e o objeto;
- II – prazo de funcionamento;
- III – finalidade;
- IV – composição inicial;
- V – justificativa.

**Parágrafo único.** É vedada a criação de Frente Parlamentar com denominação ou objeto igual ou semelhante ao de outra Frente Parlamentar existente.

**Art. 3º** Além dos Vereadores que subscreverem o projeto de Resolução, constantes da composição inicial, considerados membros efetivos, poderão integrar a Frente Parlamentar:

- I – demais Vereadores interessados que venham a subscrever posteriormente ao Termo de Adesão, na condição de membros efetivos;
- II – representantes da sociedade civil e de órgãos públicos envolvidos com os objetivos da Frente Parlamentar, na condição de membros colaboradores, mediante subscrição ao Termo de Adesão.

**Art. 4º** A coordenação da Frente Parlamentar será exercida pelo primeiro signatário do Projeto de Resolução, considerado autor da proposição, a quem caberá convocar as reuniões da

Frente Parlamentar; e, na primeira reunião, será eleito, dentre os membros efetivos, o Vice Coordenador.

**§ 1º** Ao Vice Coordenador compete coordenar e convocar as reuniões da Frente Parlamentar, na ausência do Coordenador, ou substituí-lo em caso de desligamento. Nessa última hipótese, será eleito novo Vice Coordenador, dentre os membros efetivos, na primeira reunião subsequente.

**§ 2º** A adesão e/ou exclusão de membro efetivo, por eventual desligamento, será formalizada em termo próprio que será encaminhado à Mesa Diretora, que determinará ao setor responsável a atualização da sua composição junto à Secretaria da Câmara.

**Art. 5º** A primeira reunião, a eleição do Vice Coordenador e a discussão e aprovação do Regimento Interno que regulará os trabalhos da Frente Parlamentar, deverão ocorrer dentro do prazo de 30 (trinta) dias, contados da data de publicação da Resolução que a criou.

**Parágrafo único.** O Regimento da Frente Parlamentar deverá conter as seguintes previsões:

I – prazo de funcionamento;

II – objetivos;

III – composição;

IV – reuniões.

**Art. 6º** Anualmente, até o dia 15 (quinze) de dezembro, as Frentes Parlamentares, através de seus respectivos coordenadores, deverão protocolar na Secretaria da Câmara, dirigido à Mesa Diretora, um relatório de suas atividades que será divulgado pela Câmara Municipal através de seus canais de comunicação.

**Art. 7º** O prazo de funcionamento da Frente Parlamentar não poderá exceder o período da legislatura na qual foi criada.

**Parágrafo único.** O prazo de funcionamento da Frente Parlamentar previsto na Resolução que a criou é improrrogável e deverá respeitar sempre ao disposto no *caput*.

**Art. 8º** As reuniões da Frente Parlamentar serão públicas e deverão ser realizadas na sede da Câmara Municipal, facultada a transmissão por meio de videoconferência através dos canais de comunicação da Câmara Municipal.

**Parágrafo único.** Lavrar-se-á ata de cada reunião, para fins de registro e arquivamento na Câmara Municipal; e, sempre que possível, será utilizada a ata eletrônica, nos termos do Regimento Interno.

**Art. 9º** É vedado a qualquer membro da Frente Parlamentar usufruir ou perceber qualquer tipo de remuneração ou vantagem financeira decorrente de tal condição.

**Art. 10.** As decisões e as providências adotadas pela Frente Parlamentar são de exclusiva responsabilidade de seus membros.

**Art. 11.** O portal da Câmara Municipal manterá página contendo a relação das Frentes Parlamentares em funcionamento, com seus respectivos membros e coordenadores, atas, relatório e agenda de suas atividades.

**Art. 12.** Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 30 de março de 2021.

DANIELA C. S. BRANCO DE ROSA  
Presidente

DR. FERNANDO INÁCIO  
Vice-Presidente

Documento assinado digitalmente nos termos da MP 2.200-2/2001 e da Resolução Municipal nº 5.594/2020.  
Para conferir o original, acesse [https://sapl.ibitinga.sp.leg.br/generico/conferir\\_assinatura](https://sapl.ibitinga.sp.leg.br/generico/conferir_assinatura) e informe o número de  
proposição PN 214.

## JUSTIFICATIVA DO PROJETO DE RESOLUÇÃO

### Excelentíssimos Senhores Vereadores,

O Projeto de Resolução aqui propõe a criação de Frentes Parlamentares no âmbito da Câmara Municipal da Estância Turística de Ibitinga.

As Frentes Parlamentares constituem-se pela associação de vereadores e vereadoras, de diferentes partidos, com o intuito de defender determinadas causas ou setores de atividades, propiciando a ampliação do debate a fim de contribuir para o amadurecimento e aperfeiçoamento de legislações e de políticas públicas.

Servindo como um importante espaço de diálogo entre o poder legislativo, a sociedade civil organizada nos debates promovidos e outros poderes, e por permitir e garantir a participação de representantes de entidades públicas ou privadas envolvidas com o setor, na qualidade de membros colaboradores.

Tendo em vista os objetivos centrais, que formalizarão e regerão a operacionalização das Frentes Parlamentares, justificamos que a necessidade de tal instrumento deve-se ao interesse de ampliar determinados debates e melhorar a comunicação do legislativo para com os munícipes, um interesse de Vereadores de nossa Legislatura. Entretanto, faz-se necessário disciplinar a criação e o funcionamento das Frentes Parlamentares, pois, os temas a serem debatidos são de interesse público, por conseguinte, são de interesse de quase todos os vereadores e vereadoras.

E, por estar convictos de que a instituição desta ferramenta de participação popular ampliará o diálogo desta Casa Legislativa, como também unirá Vereadores e Vereadoras que compartilhem das mesmas convicções, e diante dessas circunstâncias, apresentamos esta propositura.

DANIELA C. S. BRANCO DE ROSA  
Presidente

DR. FERNANDO INÁCIO  
Vice-Presidente

CÉLIO ARISTÃO  
1º Secretário

RICARDO PRADO  
2º Secretário

